

CAMPANHA SALARIAL

LUTA GARANTE REAJUSTE E ABONO COMPENSATÓRIO

Desde março, o Sindicato promoveu várias ações para pressionar o governo a atender as reivindicações, saiu às ruas, realizou manifestações e paralisações com a participação de centenas de trabalhadores(as).

O governo tentou ignorar as justas reivindicações da categoria, buscando colocar as dívidas com credores e fornecedores na conta dos trabalhadores.

Somente após a greve do dia 15 de abril, o governo resolveu apresentar uma proposta de reajuste de apenas 4,77% (INPC) em novembro, desconsiderando que a nossa data base é março.

Esta proposta inaceitável foi rejeitada em Assembléia. Posteriormente, a prefeitura apresentou uma proposta de reajuste de 4,77% em janeiro de 2011, e abono neste mesmo percentual de agosto a dezembro de 2010. Esta proposta foi rejeitada pela direção do Sindicato, pois não repunha a inflação e o reajuste em janeiro não incidiria sobre 13º salário, além de adotar o menor dos índices entre INPC e ICV-Dieese (4,77% INPC x 5,72% ICV-Dieese).

No dia 19 de maio, a Prefeitura apresentou a sua proposta final, com reajuste de 5,72% em dezembro e abono compensatório do período de março a novembro correspondente a 50% dos vencimentos de abril de cada trabalhador(a), com teto limitado a R\$ 2.000,00, em 3 parcelas nos meses de agosto, outubro e fevereiro.

Na Assembléia do dia 20 de maio, a imensa maioria dos(as) trabalhadores(as), mesmo considerando que a proposta do governo não atendia integralmente as nossas reivindicações, decidiu acatá-la porque ela garante o patamar mínimo de reposição das perdas salariais para a grande maioria da categoria.

Os trabalhadores(as) consideraram que o momento é de assegurar este patamar mínimo, conquistado com a nossa luta, e a partir daí reforçar a organização nos locais de trabalho, acumulando forças para exigir da prefeitura o pleno atendimento das nossas reivindicações.

Está cada vez mais evidente o descontentamento do funcio-



nalismo com governo municipal. As condições de trabalho são precárias e pouco se fez para mudar as relações autoritárias presentes no dia a dia. As terceirizações prosseguem em setores estratégicos da administração, como a merenda e alimentação (SP Alimentos), transporte (Transkombi) e saúde (SPDM- Unifesp), gerando desperdícios e desorganização dos serviços.

Esta situação vai mudar com o avanço da nossa organização. Ao lado da luta contra as terceirizações, ainda em 2010 teremos outras grandes batalhas: exigir um Plano de Cargos, Carreiras e Salários que contemple as nossas reivindicações históricas e as mudanças no Estatuto do Magistério que reconheçam o valor e a importância do trabalho do conjunto dos funcionários da Educação.

É hora de avançar, sindicalize-se, participe das reuniões e assembléias, juntos somos fortes!

Encarte

EDUCAÇÃO EM PAUTA: A hora é de organizar a categoria para avançar na Educação.

Nesta edição

- Entenda o abono compensatório **pág. 2**
- Vale alimentação terá reajuste só em dezembro **pág. 3**
- Assista aos jogos da Copa no Sindicato **pág. 4**

Entenda o abono compensatório



Quem receberá o abono?

Todos os celetistas, estatutários e comissionados (exceto os subsidiários - prefeito, vice e secretários).

Por que o abono é “compensatório”?

O abono de 50% dos vencimentos corresponde à inflação prevista para o período de março a novembro de 2010, meses em que não será aplicado o reajuste de 5,72%. De acordo com o Dieese, esta perda é de 47% de um salário de cada trabalhador.

Como calculo quanto receberei de abono?

O abono será de 50% dos vencimentos (salário base, biênio, quarta parte, incorporações, vantagens pessoais e jornada suplementar) com base no mês de abril de 2010.

Para saber quanto você receberá de abono pegue seu holerite de abril, some os seus vencimentos, divida por 7 e calcule cada uma das três cotas.

Exemplo 1:

Servidor recebe R\$ 1800,00 de vencimentos. Abono será de R\$ 900,00, pagos da seguinte forma:

Agosto – R\$ 128,58 (1 cota)
Outubro – R\$ 385,71 (três cotas)
Fevereiro – R\$ 385,71 (três cotas)

Exemplo 2

Servidor que recebe vencimentos maiores que R\$ 4.000,00
Abono será limitado a R\$ 2.000,00, pagos da seguinte forma:

Agosto – R\$ 285,72 (1 cota)
Outubro – R\$ 857,14 (3 cotas)
Fevereiro – R\$ 857,14 (3 cotas)

Haverá descontos de imposto de renda e Ipred/INSS sobre o abono?

Não há desconto previdenciário Ipred ou INSS sobre o abono, porém o imposto de renda será descontado, de acordo com a legislação vigente.

Sindicato conquista pagamento do dia parado

Pela primeira vez, desde a fundação do Sindicato, a diretoria conseguiu negociar o pagamento do dia parado, garantindo o reconhecimento do direito à paralisação. Esta é uma importante vitória da categoria, que não aceita mais ameaças e pressões de descontos e punições.

O fortalecimento da luta seguirá com força, democracia, organização e independência.

Décimo terceiro terá reajuste integral

A primeira parcela do 13º será paga no dia 20 de julho. Em dezembro, será paga a segunda parcela e o reajuste de 5,72% sobre o valor total do décimo terceiro.



PLANO DE CARGOS, SALÁRIOS E CARREIRAS Só com todos os direitos!

O Plano de Cargos, Salários e Carreiras com valorização profissional é uma reivindicação antiga.

Um bom Plano pode corrigir injustiças salariais, valorizar os/as trabalhadores/as criando mecanismos de promoção e progressão, corrigir desvios de função, reduzir jornadas de trabalho.

Na gestão passada tentaram retirar nossos direitos (biênio e quarta parte) em troca de um plano de carreira para poucos. A resposta do Sindicato e da categoria foi não admitir a retirada de direitos e barrar com paralisações e muita mobilização a proposta regressiva apresentada pelo governo da época.

Só merece discussão um Plano com valorização e respeito aos direitos e benefícios adquiridos pela categoria com muita luta.

PARTICIPE!

Representação por segmento e local de trabalho é fundamental.

Para que haja avanços com o Plano de Cargos, Salários e Carreiras é essencial a participação de trabalhadores por segmento e por local de trabalho.

A partir do dia 15 de junho, o Sindicato estará orientando para escolha de representantes por local de trabalho.



FRENTE DE TRABALHO

Começaram os debates entre a diretoria do Sindicato e a Administração sobre a situação da Frente de Trabalho. A Prefeitura firmou compromisso de acabar com a contratação via Bolsa Trabalho até 2012. Este ano já começará a diminuição das contratações através da Frente de Trabalho e haverá a abertura de concurso público para agente de serviços no segundo semestre. A Administração estará enviando consulta ao INSS para verificar a viabilidade do recolhimento do benefício. O prazo para sair uma proposta de trabalho decente para a Frente de Trabalho é final de agosto.



EXIGIMOS RESPEITO BASTA DE ATRASO NO HORÁRIO DE PAGAMENTO

O Sindicato está cobrando da Prefeitura que o depósito do adiantamento e pagamento esteja disponível a partir das 6h da manhã. Desde o ano passado, o dinheiro só está disponível na conta depois do meio dia. Antes a desculpa da Secretaria de Finanças eram os seqüestros de receita que desorganizavam as contas. E agora? Os atrasos continuam e os seqüestros acabaram.

Esta é uma prática desrespeitosa com os/as trabalhadores, que causa indignação e irritação todo dia de pagamento. Além de não haver bancos e caixas eletrônicos próximos da maioria dos locais de trabalho, os trabalhadores/as perdem tempo com idas e vindas aos caixas para poder receber.

Queremos providências imediatas para regularização do horário de pagamento.

VALE ALIMENTAÇÃO

Valor do benefício será reajustado para R\$ 190,00 só em dezembro



O governo continua ignorando o peso que a alimentação tem no orçamento dos(as) trabalhadores(as) negando-se a fornecer um vale alimentação que, pelo menos, atinja o valor da cesta básica do Dieese. Desde que o vale alimentação foi criado, o valor do benefício sempre esteve abaixo deste patamar. Em 2006, verifica-se a menor diferença entre o valor do benefício e a cesta básica. Nos anos de 2005, 2007 e 2008 o vale alimentação sequer foi reajustado.

VEJA O HISTÓRICO:

Ano	Reajuste	Vale alimentação	Cesta Básica do Dieese (*)
2003	O vale alimentação foi criado em julho de 2003, no valor de R\$ 60,00. Os servidores com remuneração de até R\$ 900,00 (novecentos reais) receberam a partir de 1º de julho de 2003. Em outubro de 2003, o vale alimentação foi estendido para os servidores que na época ganhavam até R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).	R\$ 60,00	R\$ 174,59
2004	Em março, o vale alimentação foi estendido a todos os servidores e passou para R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 166,96
2005	O vale alimentação não foi reajustado	R\$ 100,00	R\$ 175,87
2006	Em março, passou para R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ 177,98
2007	O vale alimentação não foi reajustado	R\$ 150,00	R\$ 192,86
2008	O vale alimentação não foi reajustado	R\$ 150,00	R\$ 223,94
2009	Em março, passou para R\$ 170,00	R\$ 170,00	R\$ 221,90
2010	Em dezembro, o vale alimentação será de R\$ 190,00.	R\$ 190,00	R\$ 253,74

Valor da refeição vai diminuir

A luta pelo vale-refeição continua. Esta é a única maneira de todos os(as) terem direito a uma refeição de qualidade no horário de trabalho. Para pesar menos no bolso de cerca de 1.200 trabalhadores(as), o Sindicato conseguiu a redução dos valores descontados para todas as faixas salariais a partir de julho. Confira.

Referência salarial	Valor atual por refeição	Valor por refeição a partir de 1º de julho
1 e 2	R\$ 1,03	R\$ 0,66
3 e 4	R\$ 1,37	R\$ 0,66
5 e 6	R\$ 1,72	R\$ 1,33
7 e 8	R\$ 2,23	R\$ 1,99
9	R\$ 2,75	R\$ 1,99
Acima da ref. 9	R\$ 3,44	R\$ 2,66



EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

Sindicato vai à justiça contra exclusividade do Bradesco

O Sindicato vai entrar com ação judicial para garantir que os trabalhadores possam adquirir empréstimo consignado com o banco de sua preferência. É um absurdo que a Prefeitura opere contas públicas com um banco privado e ainda dê privilégios de exclusividade nos empréstimos consignados. Como não tomaram providências, vamos à Justiça para assegurar nossos direitos.

Privatização da ETCD: trabalhadores querem alternativa



No dia 25 de maio, a Prefeitura e a direção da ETCD comunicaram à Comissão

de Garagem que querem privatizar todas as linhas, alegando um déficit financeiro insanoável.

A Prefeitura alega que vai “modernizar” o sistema de transporte público de Diadema, porém privatização não é sinônimo de modernização, pelo contrário, é retrocesso. Significa deixar de investir numa empresa pública e num curto espaço de tempo passar a subsidiar as empresas privadas, a exemplo do que ocorre no município de São Paulo.

Os trabalhadores querem a construção de uma alternativa que preserve direitos e a qualidade do transporte coletivo que só a ETCD ofereceu nestes anos, pelo fato de ser uma empresa pública.



A COPA DO MUNDO É NOSSA!

ASSISTA AOS JOGOS NO SINDICATO Telão, pipoca e sorteio de camisetas oficiais da Copa

No dia 30 de maio, a Prefeitura publicou decreto autorizando a liberação dos(as) trabalhadores(as) nos jogos do Brasil. Há quase um mês a diretoria do Sindicato vinha cobrando da Secretaria de Gestão de Pessoas decisão sobre o assunto.

O Sindicato vai montar um esquema especial para quem quiser assistir aos jogos na sede da entidade. Telão, pipoca e sorteio de camisetas oficiais da Copa para os sindicalizados.

De acordo com o Decreto 6531 de 24 de maio de 2010, as áreas da Saúde, Transportes, Segurança, Educação, Serviço Funerário e Limpeza Pública deverão organizar escalas próprias.

Até o fechamento desta edição somente a Secretaria da Educação havia se manifestado sobre o assunto através da Circular 021/2010. As escolas municipais e o CAIS terão basicamente o mesmo esquema do Decreto, respeitados os turnos de funcionamento das escolas. As aulas não serão suspensas no período noturno.

Confira o funcionamento da Prefeitura durante os jogos da primeira fase da seleção:

15 DE JUNHO, TERÇA-FEIRA,
Brasil X Coréia do Norte:
15h30
Expediente até às 14h.

25 DE JUNHO, SEXTA-FEIRA,
Brasil X Portugal: 11h00
Expediente suspenspo das
10h30 às 13h30



EXPEDIENTE JORNAL DO SINDICATO é uma publicação do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema.

Direção do Sindicato: Jandyra Uehara Alves (presidente), José Aparecido da Silva, Maria Helena da Silva, Nadia Helena Guardini, Antonio Carlos Gonzaga, Roseli Aparecida Seto, Márcia Rezende Alencar, José Carlos da Silva, Epaminondas Rodrigues, Renilva Mota Ferreira, Peterson Maicon Ribeiro, Floripes de Aguiar Kikuti, Teotônio Alencar Neto e Luis Roberto de Paiva.

Conselho Fiscal: Neide Soares Fonseca, Sonia Aparecida Fernandes, Isabel Cristini Gomes, Ana Maria da Silva Santos, Luis Carlos Fabbrini da Silva e Maria Clara de Resende.

Representantes na Federação: Rosânea das Dores Mendes, Benedito de Oliveira Lima, Raquel Rodrigues do Prado e José Ferreira de Lima.

Jornalista responsável: Gonzaga do Monte (MTb 10835)

Diagramação: Cláudio Gonzalez (MTb 28961/SP)

O Sindicato fica na Av. Antônio Piranga, 1156, Diadema, SP

CEP 09911-160 — Telefone: 4055-3288

Site: www.sindema.org.br Email: sindema@terra.com.br



Educação em Pauta

A hora é de organizar a categoria para avançar na Educação

Definidas as questões gerais da Campanha Salarial que afetam todo o funcionalismo, chegou a hora das questões específicas de cada área.

Grande parte das reivindicações da Educação pressupõe mudanças no Estatuto do Magistério. Em relação a isto, no início do ano a categoria aprovou as seguintes prioridades:

- Salário igual para o mesmo nível de habilitação. Enquadramento dos (as) professores (as) de educação infantil, professores (as) de ensino fundamental I, professores (as) de desenvolvimento integral e professores (as) de educação infantil e fundamental portadores (as) de nível superior na referência salarial 11.
- Isonomia salarial dos (as) professores (as) de ensino fundamental II e professor (a) de educação especial com os demais profissionais da referência 11 (nível superior).
- Adicional de nível superior (10%) para todos os (as) professores (as) e funcionários (as) com esta titulação.
- Enquadramento imediato dos (as) professores (as) ingressantes com nível superior na referência 11.
- Curso de Formação Superior para os professores habilitados no ensino médio – Magistério.
- Pagamento de Gratificação sobre Trabalho Noturno e Adicional Noturno nos meses de férias para os todos os profissionais da educação que trabalham no período noturno.
- Pagamento dos retroativos de progressão devido aos (as) professores (as) no período de 1997 a 2006.
- Progressão funcional a cada dois anos.
- Pontuação válida para todos os cursos à distância e para cursos promovidos pela Secretaria da Educação.
- Pontuação para o tempo de serviço no magistério em outras redes de ensino público.
- Progressão válida para os dois cargos de professor (a).
- Reconhecimento, para fins de pontuação em processo de atribuição de aulas, do período que educadores (as) de creche e professores (as) de Desenvolvimento Infantil atuaram na rede municipal de Diadema entre 1994 e 2000.
- Reconhecimento de cursos de Pós-Graduação realizados em horário de trabalho.
- Pagamento do vale-alimentação e demais benefícios vinculados no exercício de dois cargos..
- Contratação através de concurso público de professores (as) de educação física e educação artística e implantação destas disciplinas na educação infantil.
- Aumento do horário de formação para 33% sem aumento da jornada de trabalho.
- Remuneração das horas-aula cumpridas além da jornada e/ou suplementação como hora extra.
- Garantia de permanência nas escolas para os (as) professores (as) titulares que não optarem pelas novas jornadas de trabalho estabelecidas na Lei 307/09, de 21/12/2009.
- Garantia de opção pelas novas jornadas de trabalho para professores (as) com restrições médicas.
- Garantia de opção para o cargo de professor (a) de educação infantil e ensino fundamental para os (as) professores (as) com as duas habilitações.
- Inclusão de todos os trabalhadores/as em educação no Estatuto, com carreira específica e valorização salarial.
- Criação dos cargos técnicos de secretaria escolar, alimentação escolar, operação de multi-meios didáticos e manutenção da infra-estrutura material e ambiental (Área 21). Convênio com o MEC para os cursos de formação técnica dos (as) profissionais da Educação, conforme Lei Federal nº. 12.014/09, de 06/08/2009.
- Pagamento de adicional de insalubridade para todos/as os/as agentes de serviço das escolas municipais.
- Fim do Programa Bolsa Trabalho (Frente de Trabalho). Fim das terceirizações na área da educação, com a realização de concurso público para agente de serviço, cozinheiro/a e guardas patrimoniais.
- Criação do cargo de agente de apoio escolar (inspetor de alunos).
- Regulamentação em lei do recesso escolar para os trabalhadores/as administrativos e operacionais. Regulamentação do recesso dos educadores.

Vai começar a Revisão do Estatuto do Magistério

No dia 2 de abril de 2009 a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer 09/2009, que trata da revisão da Resolução CNE/CEB nº 3/97, que fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Estes documentos são os guias para que estados e municípios adêquem seus planos de carreira às mudanças constitucionais e legais ocorridas após 1997, data da última resolução sobre o assunto.

O objetivo desta revisão deve ser a valorização do magistério e não o enxugamento da máquina ou a retirada de direitos.

No dia 29 de junho a discussão e sistematização da revisão do Estatuto do Magistério será iniciado por um Grupo de Trabalho composto por representantes de professores de cada segmento, da direção do Sindicato, dos coordenadores/assistentes, das secretarias da Educação, Assuntos Jurídicos e Gestão de Pessoas e do CME – Conselho Municipal da Educação.

Os representantes e suplentes dos/as trabalhadores/as da Educação serão escolhidos em Plenária a ser realizada no dia 22 de junho. As reuniões ocorrerão todas as terças-feiras no período da manhã e os professores membros da comissão serão dispensados do trabalho na sala de aula. No caso dos que lecionam em outro período (tarde ou noite) as horas dedicadas ao Grupo de Trabalho serão remuneradas. O grupo de trabalho não terá poder de decisão sobre as mudanças estatutárias, que deverão ser submetidas às Plenárias e Assembléias da Educação e posteriormente votadas na Câmara Municipal.

O Sindicato irá organizar o debate em toda a rede, a fim de assegurar democracia e participação real dos/das trabalhadoras da Educação. Todos podem e devem contribuir e todas as propostas devem levadas em consideração e debatidas no Grupo de Trabalho e submetidas à Assembléia da Educação.

Acesse o site do Sindicato www.sindema.org.br para conhecer na íntegra o Parecer 09/2009 e a Resolução sobre Carreira do Magistério do Conselho Nacional da Educação.

Dia 22 de junho, às 18h30

PLENÁRIA DA EDUCAÇÃO

Pauta: Escolha de um titular e um suplente de cada segmento para compor Grupo de Trabalho objetivando a revisão do Estatuto do Magistério.

Queremos **ESTATUTO UNIFICADO** para todos(as) os trabalhadores(as) da Educação

A Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação aprovou em sessão ordinária realizada em 05/05/2010 o Parecer 09/2010 e Resolução sobre as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira dos Funcionários da Educação Escolar Básica Pública.

O Município pode optar em fazer um plano de carreira que contemple todos os profissionais da educação pública e não apenas os profissionais do magistério.

A deliberação do CNE representa uma grande conquista da categoria, derivada da lei federal 12.014/2009, de autoria da senadora Fátima Cleide (PT/RO), a qual altera o artigo 61 da LDB, abrindo caminho para a profissionalização do segmento.

Vamos debater esta questão com a Secretaria da Educação e propor a incorporação de profissionais das áreas administrativa e operacional no Grupo de Trabalho que vai propor as alterações no atual Estatuto do Magistério.



Isto é urgente!

Em reunião com a Secretária da Educação, Lúcia Couto no dia 30 de maio, a direção do Sindicato cobrou respostas imediatas para duas questões urgentes:

1 – **Pagamento da licença prêmio em dinheiro**, conforme opção. A Secretaria da Educação ficou de apresentar proposta sobre esta questão no segundo semestre de 2009;

2- **Respeito à composição da jornada de trabalho**. Cursos de Formação aos sábados ou fora do horário estabelecido não podem ser obrigatórios, pois isto fere a legislação.

Em relação ao pagamento da licença prêmio a Secretária da Educação afirmou que já solicitou estudo à Secretaria de Gestão de Pessoas e que vai apresentar proposta em breve. Em relação a eventuais mudanças nos horários de aglutinadas, a Secretaria afirmou que não iniciou cursos de formação aos sábados.

O Sindicato orienta os professores que se sentirem lesados com mudanças nos horários de formação, que cumpram os horários originais das aglutinadas e procurem o Sindicato para as providências jurídicas cabíveis.